

**Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira**

1. O Primeiro Ministro da República Portuguesa, José Sócrates, e o Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, reuniram-se na cidade do Porto, a 13 de Outubro de 2005, no quadro da VIII Cimeira Luso – Brasileira, tendo procedido a um balanço das relações entre os dois países, bem como à análise de vários temas da agenda internacional de interesse mútuo.
2. Paralelamente, realizaram-se encontros sectoriais que reuniram, pela parte portuguesa, os Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Educação e da Cultura e, pela parte brasileira, os Ministros da Educação e da Cultura. Estiveram, igualmente, presentes na Cimeira o Ministro de Estado e da Administração Interna, o Ministro da Economia e da Inovação e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, bem como o Ministro interino das Relações Exteriores do Brasil.
3. Os Chefes de Governo confirmaram, uma vez mais, o relacionamento privilegiado entre os dois países e constataram com satisfação a intensificação de contactos aos mais diversos níveis governamental, parlamentar económico cultural e social, desde a última Cimeira Luso – Brasileira em Brasília em 2004.
4. Concordaram que, para o reforço do relacionamento bilateral, muito contribuiu o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 22 de Abril de 2000, o qual sistematiza mecanismos institucionais adequados ao acompanhamento das relações bilaterais, de uma abrangência, intensidade e regularidade que consideram únicos no escopo das relações bilaterais mantidas por ambos os países.
5. Congratularam-se com o especial dinamismo dos mecanismos institucionais do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, em particular, tendo em vista a preparação da VIII Cimeira. Essa preparação incluiu a realização da II Reunião da Comissão Permanente, a 11 de Novembro de 2004; da III Reunião da Comissão de Alto Nível do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, a 14 e 15 de Dezembro de 2004; da XI Reunião da Comissão Mista Luso – Brasileira de Segurança Social, de 15 a 21 de Dezembro de 2004; da II Reunião da Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, a 16 e 17 de Dezembro de 2004; da I Reunião da Subcomissão sobre Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício, a 22 e 23 de Fevereiro de 2005; e da II Reunião da Subcomissão de Assuntos Económicos, Financeiros e Comerciais, a 6 do corrente mês de Outubro. Por outro lado, sublinharam estar prevista, para Novembro próximo, a II Reunião da Subcomissão de Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia e Juventude e Desporto, sendo desejável que o Programa de Cooperação Cultural para 2006 – 2008 a ser então assinado contenha projectos e linhas de acção concretos reflectindo os interesses a prosseguir pelos dois países nessas áreas.

6. Na sequência da decisão tomada na VII Cimeira Luso – Brasileira de alargar o âmbito da cooperação bilateral ao domínio da defesa, os Chefes de Governo, confirmando o seu empenho no reforço do relacionamento neste domínio, congratularam-se com a assinatura, durante a VIII Cimeira, de um Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre os dois países. Manifestaram igualmente a sua satisfação pela assinatura de um Acordo sobre Matérias Classificadas.

7. Os Chefes de Governo constataram que, no domínio económico, existe um significativo desenvolvimento do relacionamento bilateral, com crescente intercâmbio entre operadores de ambos os países, o que abre perspectivas muito positivas para o reforço das linhas de acção já em curso e do seu alargamento a outras áreas de actividade. Neste contexto, saudaram a realização, no Porto, no mesmo dia da Cimeira, de um Seminário Económico – Empresarial reunindo empresários portugueses e brasileiros, bem como a iniciativa de levar a cabo o III Congresso Empresarial Brasil – Portugal, em Salvador da Bahia, de 30 de Outubro a 1 de Novembro próximos. A parte portuguesa salientou a importância que a consolidação do investimento directo português no Brasil vem assumindo e reiterou o seu interesse em ver incrementados os investimentos brasileiros em Portugal. Neste âmbito trocaram impressões sobre a possibilidade de desenvolvimento de cooperação no domínio dos biocombustíveis, particularmente etanol. Manifestaram igualmente satisfação com os resultados positivos alcançados durante a II Subcomissão de Assuntos Económicos, Financeiros e Comerciais.

8. Atendendo à relevância crescente do Turismo no contexto das relações económicas bilaterais, partilharam o entendimento quanto à importância em proceder com brevidade à conclusão do processo de revisão do Acordo sobre Cooperação no domínio do turismo, de modo a adaptá-lo às novas realidades decorrentes do crescente fluxo de turistas e pelos investimentos já feitos nesta área.

9. Os dois Governantes sublinharam a importância da futura entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos já assinado entre ambos os países, que reputam como instrumento da maior relevância para a sustentabilidade do crescimento dos actuais fluxos de tráfego aéreo e como suporte para a cooperação e para os investimentos nos sectores do turismo e da hotelaria.

10. Os Chefes de Governo tomaram conhecimento com satisfação da assinatura, à margem da Cimeira, do novo Protocolo de Cooperação entre a Confederação Nacional de Indústria do Brasil com a Associação Industrial Portuguesa, e a Associação Empresarial de Portugal, que permitirá acções conjuntas entre os sectores privados dos dois países para a promoção de novos negócios e de investimentos e a constituição, nesse quadro, de um Fórum Empresarial.

11. Na área de investimentos sublinharam a importância da decisão do Conselho Nacional de Imigração do Brasil de reduzir o valor do investimento mínimo necessário para concessão de visto permanente para investidor português e saudaram a convocação, quando necessário, de um Grupo de Trabalho ad hoc para tratar de assuntos de Turismo no âmbito da Subcomissão de Assuntos Económicos.

12. Conscientes da importância das trocas comerciais cada vez mais intensas e considerando a prioridade dada ao investimento nos dois países, destacaram o Protocolo assinado no passado mês de Junho entre o ICEP - Portugal e a APEX - Brasil. Este Protocolo permite uma importante troca de experiências e abre caminho à colaboração entre as duas instituições em mercados de países terceiros, bem como facilita o mútuo apoio a iniciativas de promoção e distribuição comercial.

13. Regozijaram-se pelo prosseguimento do diálogo técnico que tem vindo a ter lugar no domínio sanitário e fitossanitário, exprimindo o interesse mútuo em continuar a aprofundar contactos, realizar visitas e promover estudos com vista à aproximação de regulamentações e ao estabelecimento de procedimentos técnicos similares que possam reflectir-se, de forma positiva, na facilitação e no incremento das relações comerciais bilaterais. Neste âmbito, saudaram a assinatura do Protocolo de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil na Área da Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

14. Os dois Governantes concordaram na importância de estabelecer diálogo bilateral em temas de segurança alimentar. O Governo brasileiro sublinhou, em especial, o interesse em agricultura familiar.

15. Concordaram na necessidade de dinamizar a implementação da totalidade dos projectos contemplados no Memorando de Entendimento, já existente, entre o INIAP- Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e a EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, de forma a incrementar a cooperação científica e técnica entre os dois Países.

16. Os Chefes de Governo concordaram, em particular, com a necessidade de promover a cooperação entre Portugal e Brasil em matéria de alterações climáticas, que constitui uma prioridade mútua em matéria de política global de ambiente. Neste sentido, congratularam-se com a criação recente da rede de organismos de alterações climáticas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, no plano bilateral, expressaram a vontade de desenvolver e estimular actividades de projecto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, tendo para o efeito assinado um Memorando de Entendimento.

17. Os Chefes de Governo expressaram a sua satisfação pela relevante cooperação técnica desenvolvida por Brasil e Portugal no âmbito da CPLP, que tende a se ampliar e consolidar-se em espaço próprio. Prova disso são as inúmeras acções e projectos de cooperação, em grande parte financiados por ambos os Países, em benefício dos PALOP e de Timor-Leste, sobretudo nas áreas de educação, saúde, formação profissional, desenvolvimento empresarial, administração pública, relações com organismos internacionais, agricultura, governo electrónico e telecomunicações.

18. Regozijaram-se com a redinamização da cooperação ambiental no quadro da CPLP, nomeadamente pelo estabelecimento em Setembro último, em Lisboa, de um sistema de pontos focais apoiado por uma rede de Internet e pelo anúncio por parte do Brasil de que irá organizar, durante o primeiro semestre de 2006, o III Encontro de Ministros de Meio

Ambiente da CPLP.

19. Cientes do potencial estratégico do Português enquanto língua ponte entre continentes e blocos políticos regionais, como, por exemplo, entre a União Europeia, o Mercosul e a União Africana, ambos os Governantes reconheceram a especial responsabilidade dos seus Governos na promoção, ensino e difusão internacional da Língua Portuguesa, propondo-se empenhar-se ainda mais na prossecução desse objectivo, nomeadamente através da sua consolidação ou adopção como língua de trabalho em organizações internacionais. Do mesmo modo, o espaço universitário deverá também ser encarado como uma área de cooperação a privilegiar especialmente.

20. Declararam ainda como especialmente importante a promoção do ensino do Português a nível internacional, nomeadamente como primeira língua estrangeira em sistemas de ensino de países fora do espaço da CPLP.

21. Concordaram, ainda, quanto à vantagem de complementar, de forma articulada, os esforços já desenvolvidos por cada um na área da promoção e difusão da Língua comum. Salientam, assim, com vista a atingir os objectivos propostos, a oportunidade de definição de estratégias conjugadas para o efeito, associando-se, inclusive, em programas de apoio à consolidação dos sistemas educativos de cada país de Língua Oficial Portuguesa.

22. O Primeiro-Ministro de Portugal elogiou a intenção do Brasil de criar o Instituto Machado de Assis, entidade que buscará promover a Língua Portuguesa e a cultura lusófona. Trata-se de uma instituição que proporcionará também às entidades portuguesas competentes, designadamente o Instituto Camões, um parceiro privilegiado nessa área.

23. Coincidiram sobre a importância de tomar as medidas necessárias para a entrada em vigor para todos os Países da CPLP do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

24. Coincidiram sobre a importância das comemorações do 10º aniversário de criação da CPLP, em 2006.

25. Reafirmaram a disposição de promover o desenvolvimento cinematográfico e audiovisual dos Estados-Membros da CPLP, no âmbito do Fórum das Autoridades Cinematográficas desta Comunidade, com vista a ampliar as acções de formação, desenvolvimento, produção, distribuição, exibição e promoção de obras cinematográficas, conforme expresso no Acordo de Cooperação entre os Estados-Membros da CPLP nos Domínios Cinematográfico e Audiovisual, rubricado em Luanda, em 14 de Maio de 2005. Reiteraram a necessidade da criação de um fundo autónomo multilateral de apoio às acções referidas anteriormente.

26. Reiteraram o princípio de valorização do património cinematográfico e audiovisual dos Estados-Membros da CPLP, como parte fundamental de seu património cultural e artístico, de acordo com a Resolução sobre os Arquivos Cinematográficos, assinada em Luanda, em 14 de Maio de 2005.

27. Registaram com satisfação a conclusão do Protocolo de Colaboração nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas, instrumento útil na difusão das obras

cinematográficas de ambos os países e que complementa os resultados positivos do Acordo de Co-Produção assinado pelos dois países em Março de 1981 e do Protocolo de Apoio Financeiro a Co-Produções Cinematográficas Luso-Brasileiras de 1997.

28. Regozijam-se com a assinatura do Protocolo de Cooperação no Âmbito do Património Cultural Edificado, área privilegiada do estreitamento dos laços históricos e culturais.

29. Saudaram os projectos relativos ao incremento da colaboração no domínio das artes plásticas e das artes do espectáculo entre os dois Países, que promovem um crescente incremento das relações bilaterais.

30. Reconheceram também o papel essencial do livro e da edição para o conhecimento recíproco e consequente aproximação das diversas culturas de expressão portuguesa.

31. Os Governantes tomam boa nota do andamento dos trabalhos para a Celebração do Centenário do Nascimento de Agostinho da Silva em 2006, um dos eminentes pensadores do sentido histórico – cultural da CPLP e para a qual convidam os demais países dessa Comunidade a associar-se.

32. Salientaram a oportunidade da criação de uma comissão destinada a elaborar e coordenar o Projecto de Celebração dos 200 anos da Chegada do Príncipe Regente D. João ao Brasil.

33. O Primeiro Ministro José Sócrates e o Presidente Lula da Silva saudaram a escritora Lygia Fagundes Telles, distinguida no corrente ano com o Prémio Camões, o mais importante galardão da Literatura de Língua Portuguesa.

34. Congratularam-se, por outro lado, com o desenrolar dos trabalhos relativos ao Projecto de Convenção sobre a Protecção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e das Expressões Artísticas, em discussão no seio da 33ª Conferência Geral da UNESCO, a decorrer neste momento em Paris, formulando votos de que a mesma venha a ser aprovada no decurso da Conferência.

35. Saúdam a intensificação de contactos que se está crescentemente a verificar entre estruturas e instituições no âmbito da comunicação social de Portugal e do Brasil que consideram um importante factor para a dinamização das relações culturais bilaterais e para um melhor conhecimento das realidades de ambos os países. Em particular, estimulam o prosseguimento de entendimentos e fórmulas diferenciadas de cooperação que possam facilitar o relacionamento entre empresas portuguesas e brasileiras nos domínios da imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e sítios informáticos, com vista a realizações em comum, nomeadamente com impacto em países terceiros, troca de experiências e formação profissional.

36. Os Chefes de Governo consideram importante prosseguir e reforçar a cooperação científica e tecnológica existente entre os dois Países que tem conduzido a uma intensa e promissora realização de contactos entre várias entidades, nomeadamente entre Universidades e instituições de investigação, bem como a um conjunto de acordos e

convénios institucionais que apoiam projectos nos mais diversos domínios.

37. No âmbito da sociedade de informação, os Governantes salientaram importância em serem exploradas as virtualidades do Protocolo de Cooperação de 2002 existente em matéria de redes electrónicas, processamento de língua portuguesa e promoção de conteúdos digitais, além de um trabalho de longa data entre empresas no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e investimentos importantes no domínio das Telecomunicações. Neste contexto, deverão prosseguir e ser incrementados os mecanismos de consultas mútuas anteriores a reuniões internacionais (e.g. Cimeira Mundial da Sociedade de Informação), estudo e execução conjunta e coordenada de actividades e projectos em áreas específicas (e.g. software livre), intercâmbio regular de informação, de experiências e de know-how técnico relativo a acções e projectos em curso.

38. Decidiram reforçar a cooperação no domínio da língua portuguesa com vista à sua afirmação na sociedade moderna, dominada pelas novas tecnologias da informação e comunicação, especialmente na educação e na ciência, nomeadamente, através das seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento da produção de conteúdos digitais em língua portuguesa e apoio a empresas portuguesas e brasileiras para o acesso aos mercados de conteúdos da esfera da língua portuguesa;
- Promoção de iniciativas coordenadas de digitalização e disponibilização na Internet de conteúdos relevantes para os dois países, designadamente de índole científica, cultural ou histórica;
- Estímulo à constituição de Bibliotecas digitais, em português, de interesse histórico, cultural, científico e artístico, ampliando a capacidade e o acesso a bancos de dados já existentes;
- Estímulo à edição electrónica de materiais de interesse comum na área educativa ou científica;
- Desenvolvimento de bases de dados terminológicas de natureza científica e técnica em língua portuguesa;
- Apoio e motivação de professores e alunos de ambos os países para o desenvolvimento de actividades conjuntas em suporte electrónico, designadamente em projectos de trabalho entre instituições científicas e escolas (a exemplo de actividades levadas a cabo no âmbito do programa Ciência Viva, em Portugal);
- Investigação e desenvolvimento no domínio do processamento computacional da língua portuguesa, nas suas várias áreas, e promoção das aplicações neste domínio, designadamente em Educação;
- Utilização de plataformas de aprendizagem-e comuns para o ensino a distância da língua portuguesa e das culturas de expressão portuguesa;
- Estimulo à produção de plataformas digitais para a formação e capacitação de professores, a exemplo do modelo do e-ProInfo no Brasil.

39. Congratularam-se com a assinatura de um Protocolo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Administração (INA) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) na Área da Administração Pública. A cooperação desenvolver-se-á, nomeadamente, ao nível da formação de quadros portugueses e brasileiros, da promoção de

iniciativas pioneiras de inovação e formação avançada, da promoção conjunta de eventos de interesse comum e actividades de cooperação em países de língua oficial portuguesa e no âmbito da União Européia, bem como de actividades de consultoria, intercâmbio de técnicos, de professores e de publicações e documentos.

40. Os Chefes de Governo reiteraram a importância da próxima reunião da Subcomissão sobre Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício.

41. Os Chefes de Governo sublinharam a importância de realizar rápidos progressos em matéria de reconhecimento de graus e títulos académicos e de questões relativas ao acesso a profissões e seu exercício, no espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. Nessa perspectiva, assinalaram a necessidade de promover melhor conhecimento mútuo dos sistemas de Ensino Superior de ambos os países, inclusive no que tange à avaliação de qualidade, com vistas a lograr avanços substantivos no plano da mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores e técnicos. Consideraram, nesse particular, a conveniência de estimular o diálogo e a cooperação directa entre os Conselhos de Reitores do Brasil (ANDIFES e CRUB) e de Portugal (CRUP e CCISP).

42. Neste âmbito, os Governantes consideraram importante dar seguimento às decisões da primeira Subcomissão sobre Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos, nomeadamente no que toca à troca de informação sobre os sistemas de Ensino Superior, quanto à avaliação da qualidade e reconhecimento de graus e títulos académicos e formas de incrementar a mobilidade recíproca dos estudantes de ensino superior dos dois países, estudando-se a possibilidade de se estabelecer um mecanismo bilateral de informação sobre avaliação e reconhecimento académico.

43. Os Chefes de Governo demonstraram interesse em aprofundar o conceito de um Espaço de Ensino Superior da CPLP, conforme anunciado na Declaração de Fortaleza dos Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior da CPLP (2004). Tal espaço representará a concretização, no plano lusófono, do conceito de “espaço comum” aplicado na ALCUE (Espaço Comum de Educação Superior da América Latina, Caribe e União Europeia) e no contexto ibero-americano, este último a ser debatido na Cimeira Ibero-Americana de Salamanca.

44. Com o objectivo de promover e reforçar as relações bilaterais e a cooperação no domínio da juventude, os Governantes acordaram na celebração de um memorando de entendimento, para promover o estabelecimento e o desenvolvimento de actividades comuns em matérias relacionadas com o associativismo juvenil, o voluntariado, a informação, o aconselhamento juvenil e os estudos na área da juventude, bem como facilitar a aproximação e o conhecimento recíprocos das realidades juvenis de ambos os países, nomeadamente em matéria legislativa.

45. Acordou-se em prosseguir o bom desenvolvimento das relações existentes nas áreas do desporto e da educação física entre Portugal e o Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Bilateral para a área do Desporto, celebrado em Maio de 2004, e da Conferência de Ministros de Desporto da CPLP e do Conselho Ibero – Americano do

Desporto, através nomeadamente da promoção, paralelamente e ao mais alto nível, de um encontro, no sentido de se identificar plataformas comuns que possibilitem a operacionalidade de projectos, actividades e eventos sectoriais bilaterais.

46. Tendo em conta o interesse em intensificar as relações bilaterais económicas, comerciais e culturais e reconhecendo que o Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas é um instrumento fundamental nessa direcção, o Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente da República Federativa do Brasil reiteraram o objectivo de que a sua entrada em vigor se verifique num futuro próximo.

47. Quanto à implementação do Acordo para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes, que tem por objectivo coibir o crime organizado transnacional, o Governo português formulou sugestões para consideração pelo Governo brasileiro.

48. Sublinharam o estado de execução do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais que abriu caminho à regularização excepcional de cidadãos de ambos os Países, que residem no território do outro, com vista a possibilitar a sua integração plena na sociedade de acolhimento e recomendaram às autoridades competentes a divulgação através dos meios mais adequados, junto dos potenciais beneficiários do Acordo, da oportunidade de concluírem rapidamente os respectivos processos de regularização

49. Relativamente ao Acordo de Segurança Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil e respectivo Ajuste Administrativo, ambos de 7 de Maio de 1991, manifestaram o seu profundo empenhamento no reforço da protecção social dos trabalhadores migrantes e suas famílias, tendo acordado, durante a reunião com representantes dos governos de ambos os Países, realizada em Lisboa, nos dias 10 e 11 de Outubro de 2005, o início imediato dos trabalhos de revisão geral destes dois instrumentos em matéria de Segurança Social, com data fixada para término em 30 de Janeiro de 2006.

50. Enalteceram, igualmente, os esforços envidados pelas respectivas instituições competentes no sentido de melhorar e agilizar os procedimentos relacionados com a aplicação do Acordo e do Ajuste Complementar em vigor, conseguindo, através de uma monitorização permanente destes procedimentos, torná-los mais céleres, eficazes e eficientes, assim se recuperando alguns atrasos verificados e se garantindo o efeito útil da aplicação destes instrumentos internacionais em matéria de Segurança Social.

51. Verificou-se convergência de pontos de vista relativamente ao aperfeiçoamento de formas de integração, tendo-se valorizado as medidas que, designadamente, no domínio do emprego e formação profissional visem potenciar a inserção sócio – económica e cultural dos cidadãos de ambos os países.

52. Os dois Governantes regozijaram-se com os esforços desenvolvidos pelos organismos competentes dos dois países, no sentido de adoptarem medidas e práticas que, numa base de reciprocidade, facilitem o acesso aos programas e benefícios de inserção/integração social e económica, por parte dos estrangeiros residindo regularmente nos respectivos territórios, designadamente os que não disponham de recursos mínimos de subsistência ou familiares que lhes prestem assistência.



53. Os Chefes de Governo felicitaram-se pela intensa colaboração que tem vindo a ter lugar na área da Justiça entre os dois países, envolvendo instituições judiciais, universidades e sectores profissionais. Manifestaram interesse num reforço da concertação de posições nos diferentes fora internacionais, em particular no quadro da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero – Americanos. Sublinharam as vantagens que poderão advir de um trabalho conjunto na consolidação da Rede Ibero – Americana de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e Civil (Iber – Rede) e na criação da Rede de Cooperação Judiciária dos Países da CPLP.

54. Os Governantes reconheceram que o aprofundamento das relações da UE com a América Latina, e especialmente com o MERCOSUL, é um objectivo comum a Portugal e ao Brasil. Nesse âmbito, consideraram que a elaboração do Acordo de Associação UE/MERCOSUL deverá ser prioritária para os dois países.

55. O Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente do Brasil felicitaram-se por na reunião ministerial de negociadores UE/MERCOSUL, em Setembro findo, ter-se acordado em dar continuidade ao processo negocial, sob a clara visão política de sua importância e com enfoque pragmático e objectivo, visando concluir o acordo antes do quarto trimestre de 2006.

56. Manifestaram, por outro lado, a expectativa de que a IV Cimeira UE/América Latina e Caraíbas, em Viena, em Maio de 2006, propicie o estreitamento das relações entre as duas regiões e permita a conclusão do Acordo de Associação UE/MERCOSUL

57. Portugal e Brasil regozijaram-se com a criação da Secretaria – Geral Ibero – Americana, enquanto passo importante na racionalização e aprofundamento da Conferência Ibero – Americana, e reiteraram a sua confiança no seu Secretário – Geral, Enrique Iglésias, nomeado por ocasião da Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros Ibero – Americanos em Guimarães, a 28 de Maio passado. Saudaram ainda a escolha da Secretária Geral Adjunta, a Embaixadora brasileira Maria Elisa Berenguer.

58. Os Chefes de Governo reafirmaram a prioridade das questões de apoio ao desenvolvimento, no âmbito das suas agendas de política externa, e, nesse sentido, propõem-se, em conjunto com os demais integrantes da CPLP, promover a imagem e reforçar os instrumentos da Comunidade na resolução de problemas que afectem os países de língua portuguesa, com destaque para Timor-Leste e a Guiné-Bissau, atendendo às dificuldades especiais que afectam aqueles dois Países.

59. Acordaram ainda em procurar valorizar as questões africanas no âmbito das respectivas organizações e regiões a que pertencem, designadamente pela promoção dos diálogos UE - África e América Latina – África.

60. Reconheceram, ainda, a necessidade de apoiar os esforços de estabilização e desenvolvimento em curso no Haiti.

61. O Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente do Brasil congratularam-se com o modo como decorreram as recentes eleições presidenciais na Guiné – Bissau, que puseram termo ao processo de transição política no país, e reiteraram a sua determinação de continuarem, quer no plano bilateral, quer junto da comunidade internacional doadora, a assegurar a assistência e ajuda ao processo de reformas e desenvolvimento de que o país carece, a diversos níveis.

62. Os Governantes destacaram o importante papel desempenhado pela CPLP na Guiné – Bissau, cujo âmbito de concertação político – diplomática se estende a acções de observação eleitoral e de acompanhamento atento da situação institucional vivida naquele País. São inegáveis a credibilidade internacional da CPLP e a valia dos seus esforços no sentido da normalização democrática da Guiné – Bissau.

63. Ambos os governos manifestaram satisfação com o processo de transição democrática, reconciliação nacional e reconstrução que Angola tem vindo a desenvolver desde a cessação do conflito em 2002. Angola poderá contar com o relacionamento privilegiado que mantêm com os dois países, designadamente tendo em vista as eleições anunciadas para o fim de 2006 e os grandes desafios na área da reconstrução de infra – estruturas e da economia, da reintegração social e do desenvolvimento humano.

64. Os Chefes de Governo notaram com satisfação a projecção e reconhecimento da CPLP na cena internacional, cuja mais recente manifestação foi a sua representação pelo Secretário Executivo na VI Reunião de Alto Nível das Organizações Regionais e outras Organizações Intergovernamentais com o Secretário – Geral das Nações Unidas e saudaram o incremento de parcerias e coordenação da CPLP com Organizações especializadas das Nações Unidas.

65. Reconheceram que o empenhamento diplomático de ambos os Países nos órgãos da CPLP, onde se desenvolvem as vertentes de cooperação económica, empresarial, social e humana, e a sua ligação funcional ao reforço das políticas sectoriais de cooperação de ambos os Governos, poderiam desempenhar um substancial impulso mobilizador e enriquecedor da actuação concreta da CPLP.

66. Os Chefes de Governo registaram com agrado os resultados obtidos pelo Governo timorense no processo de reconstrução do País, consolidação da democracia e fortalecimento das instituições. Nesse sentido, manifestaram a sua convicção de que Timor – Leste deverá continuar a constituir uma prioridade da agenda internacional ao nível da cooperação para o desenvolvimento e reafirmaram o empenhamento de ambos os Governos de contribuir para este esforço comum de forma resoluta. Reconheceram, igualmente, a necessidade de um apoio continuado à divulgação e ensino da língua portuguesa e à promoção da cultura lusófona no País.

67. Os Governos de Portugal e do Brasil reafirmaram a importância e a centralidade das Nações Unidas na manutenção da Paz e da Segurança e como garante da legitimidade internacional. Assinalaram os resultados da recente Cimeira das Nações Unidas, que decorreu em Nova Iorque entre os dias 14 e 16 de Setembro, destacando o consenso alcançado sobre a criação de uma Comissão de Consolidação da Paz e o importante acervo

decisório sobre Desenvolvimento sustentado. Apelaram à célere implementação das decisões da Cimeira e reafirmaram o seu empenho na prossecução da reforma da Organização, que inclua o estabelecimento de um Conselho dos Direitos do Homem com credibilidade e eficácia, bem como o reforço da representatividade do Conselho de Segurança das Nações Unidas por meio, inter alia, do alargamento dos seus membros permanentes e não – permanentes. Ambos os Governos lembraram o apoio de Portugal e da CPLP à candidatura do Brasil à categoria de membro permanente do CSNU.

68. O Primeiro Ministro José Sócrates reiterou o apoio à iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da “Ação contra a Fome e a Pobreza” e concordou-se conjugar esforços na identificação de fontes alternativas e inovadoras de financiamento do desenvolvimento, com vista ao combate à fome e à pobreza, capazes de fornecer recursos estáveis, previsíveis e adicionais aos países em desenvolvimento.

69. Os dois Governos mencionaram a importância de continuar a apoiar reciprocamente, sempre que possível as suas candidaturas em organismos internacionais.

70. Ao terminar, o Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente da República Federativa do Brasil, reafirmaram uma vez mais a importância das Cimeiras entre os dois Países e acordaram em realizar a IX Cimeira Luso – Brasileira no Brasil, no ano de 2006.

Porto, 13 de outubro de 2005

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República Federativa do Brasil

JOSÉ SÓCRATES  
Primeiro Ministro da República Portuguesa